

Conferência Internacional do Trabalho (96ª Sessão)

José António Vieira da Silva (Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social)

Genève, 11 de Junho de 2007

Começo por saudar todos os que participam na 96ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho – um fórum mundial da máxima importância económica, política e social. Em particular, o excelente relatório apresentado pelo director-geral Juan Somavia.

A globalização mudou por completo o nosso olhar sobre múltiplas questões: da economia e dos mercados às questões sociais e humanas. Entre elas, claro, e cruzando estas diferentes dimensões, a realidade cimeira do trabalho.

Não quer isto dizer que desafios fundamentais em torno do trabalho e das suas condições não existissem; simplesmente, a sua ligação e a nossa capacidade de os formular de forma integrada mudou radicalmente.

A globalização criou, também aqui, novos problemas; mas igualmente novas oportunidades e novos instrumentos. É na nossa qualidade de actores deste complexo mundo novo que estamos aqui hoje, com a enorme responsabilidade de encontrar caminhos globais para desafios que, tendo faces distintas e múltiplas, nos são comuns.

O principal destes desafios, eu diria, é o de como fazer avançar nas agendas políticas os instrumentos que valorizem o *trabalho* como valor essencial e cimeiro da humanidade. É o trabalho que garante a dignidade e a integração de milhões e milhões de seres humanos em todo o planeta. Temos a obrigação ética de o valorizar, de modo a que ele corresponda a essa aspiração de cidadania.

Ora, essa cidadania por via do trabalho fica por cumprir quando e onde subsistem fenómenos de trabalho em condições desumanas; quando e onde subsistem discriminações atentatórias da dignidade, com base no género, na etnicidade ou nacionalidade, ou outros critérios; quando e onde subsiste o trabalho infantil, inimigo do presente das crianças e das suas oportunidades futuras.

A agenda do trabalho digno promovida pela OIT é, neste contexto, um poderoso elemento integrador: uma agenda que toca as questões essenciais e estabelece com clareza as coordenadas das condições básicas que devem estar garantidas a todos, em todos os mercados e em todas as circunstâncias. Este conceito aponta caminhos de resposta aos diferentes problemas que temos no mundo global e às suas diferentes configurações em diferentes partes do mundo. E, se a formulação pode ser diferenciada, o referencial da dignidade, esse, tem de ser inalienável.

O crescimento económico solicita mercados abertos e sistemas flexíveis. Mas tal não pode ser confundido com ausência de regulação e de políticas sociais.

Nos países em desenvolvimento, a procura do crescimento tem tudo a ganhar, em nome da sua sustentabilidade, com a qualificação das pessoas e das condições de trabalho. Nos países com índices de desenvolvimento mais consolidados, os crescentes problemas de segmentação e de precariedade têm dado corpo a tendências de “race to the bottom” que questionam seriamente a dignidade do trabalho.

É também por isso que é importante que o conceito de trabalho digno e a agenda que o sustenta seja incorporado como elemento central da cooperação internacional.

Portugal, como membro da União Europeia (da qual assumirá a presidência no próximo semestre) não deixará de se bater pela centralidade destas questões na agenda internacional. É neste sentido que nos honra receber em Lisboa, no próximo Novembro a iniciativa da OIT de organizar o I Fórum Mundial sobre Trabalho Digno para uma Globalização Justa.

Estou convicto que este será mais um importante passo para a afirmação da agenda do trabalho decente.